

A Epistemologia do Jornalismo Pode Delimitar seu Território Discursivo?*

Bertrand Labasse

Professor do Departamento de Francês e Comunicação da Universidade de Ottawa.

Resumo

Fugidio e complexo, o campo discursivo do jornalismo escapa tradicionalmente às tentativas de definir seus limites e especificidade. Poderia, no entanto, ser caracterizado como uma maneira particular de conhecer e apresentar o mundo tal e qual a percepção comum e a epistemologia das formas legitimadas (científica, jurídica etc.) da produção do conhecimento? Nessa perspectiva, este artigo examina a gênese das normas processuais do jornalismo francófono e suas evoluções contemporâneas antes de compará-las a dos aparelhos de produção de conhecimento mais formais.

Palavras-chave: Jornalismo; epistemologia; normas; evolução; diferenciação; perspectivas.

Abstract

Untouchable and composite, the discursive domain of journalism traditionally escapes attempts to define its boundaries and specificity. Could it, however, be characterized as a particular way of knowing and showing the world, at equal distance from the ordinary perception and the epistemology of legitimated forms of knowledge production (scientific, legal, etc.)? This article examines the birth of journalistic standards and their contemporary evolution, before confronting them with the principles of more formal systems of knowledge production.

Uma fronteira sempre precisa de um território, mas um território nem sempre precisa de fronteiras. Embora a literatura ou a pesquisa científica há muito busquem – com diferentes graus de sucesso – definir o que acreditam ser sua esfera legítima, o jornalismo sempre preferiu dispensar um exercício tão incerto. Contenta-se, essencialmente, em se vincular, desde sua origem, a um projeto fundador facilmente resumível: garantir “a coleção (...) de notícias tanto nacionais quanto estrangeiras” (Renaudot, 1632, p. 3). O manual de uma renomada escola de jornalismo atesta, há mais de três séculos, a persistência desse foco na captação transparente da notícia: “se devêssemos dar uma definição de jornalismo em três palavras, não a encontraríamos melhor do que essa: ‘o que o jornalismo tem de novidade?’” (Cfj, 1984, p. 9).

O apagamento sugerido por essa ambição de aparência modesta foi amplamente contestado durante o mesmo período. Mas, embora o jornalismo tenha sido examinado sob muitos ângulos – notadamente suas práticas, motivações, ideologias, efeitos, responsabilidade, confiabilidade, seletividade, ética e até mesmo a pureza de sua linguagem – ele permanece geralmente considerado como um modo “comum” de acesso e representação do real. Assim, independentemente de ser considerado como um vendedor

de notícias ou um reversor de erros, do ponto de vista epistemológico, o profissional da imprensa parece pouco mais que uma variante do “vagabundo” a que se refere Béraud (1927) na medida em que, além das técnicas e habilidades profissionais que ele coloca em jogo, suas formas de conhecer e de divulgar não se distinguiriam fundamentalmente das do “homem da rua”, do qual ele tradicionalmente não seria senão um tipo de delegado¹.

Se for esse o caso, é compreensível que as tentativas de definir formalmente essa profissão o tenham feito essencialmente de forma midiacêntrica – e, muitas vezes, tautológica (Vistel, 1993) – como a ação de fornecer o conteúdo de um meio de informação. O desenvolvimento subsequente das tecnologias de comunicação e das redes sociais ajudou a minar esta vinculação orgânica, levando os jornais a questionarem-se publicamente: “todos são jornalistas? Blogs, sites de cidadãos, fotos e vídeos de amadores: o monopólio midiático sobre a informação está sendo quebrado” (*Libération*, 20 de agosto de 2005, p. 1)². Certamente, foi demonstrado que o jornalismo foi historicamente moldado pela época e pela forma impressa na qual se inscreveu e em que foi construído como um “modelo moderno de mediação” (Awad, 2010). Mas em que medida essa prática poderia, em paralelo, ser considerada independentemente dessa matriz? Em outras palavras, o jornalismo também pode ser concebido de forma não midiacêntrica como uma maneira particular de conhecer e dar a conhecer?

Uma tal problemática é necessariamente teórica: já que o jornalismo, como a pesquisa, só se realiza pela publicação. Tentar examiná-lo “em si”, ao desconsiderar modalidades e contextos de sua publicização, apresenta, evidentemente, os limites de todo o essencialismo. No entanto, à medida que esta perspectiva, embora cada vez mais interessante, não é amplamente explorada nos estudos de jornalismo (ver abaixo), parece importante verificar quais esclarecimentos adicionais poderiam ser úteis: numa

1_ *Le reporter regarde pour le monde: il est la lorgnette du monde!* (Leroux, 190, p. 1).

2_ É significativo que tais questionamentos reiterem paradoxalmente o vínculo ontológico entre “jornalistas” e “mídia” no momento mesmo em que se registra o desaparecimento do “monopólio dos instrumentos de difusão” que caracterizou o primeiro (Bourdieu, 1994, p. 7).

época em que os laços fundadores com a mídia tradicional distendem-se, o aprofundamento epistemológico das pesquisas sobre o jornalismo implica levar em consideração a epistemologia do próprio jornalismo.

Examinar o jornalismo, sob esta perspectiva, não é meramente considerá-lo como um processo que contribui para a construção social da realidade – uma visão que não precisa mais ser defendida ou ilustrada –, mas imaginá-la como uma estrutura epistêmica particular. No entanto, o objetivo aqui não é tanto dar uma resposta categórica sobre este ponto, mas observar o que seu exame sob esse ângulo permite observar. Por conseguinte, não se trata de trazer novos elementos empíricos, mas de abordar elementos conhecidos sob esta perspectiva particular, o que não se opõe de modo algum às outras abordagens, mas poderia, até certo ponto, contribuir para completá-las.

O termo epistemologia, como sabemos, possui um amplo campo semântico, variando das acepções mais gerais (a capacidade de conhecer, a evolução das formas de apreender o real) às mais específicas (os métodos que caracterizam uma determinada disciplina). No presente caso, cada uma dessas duas direções parece, *mutatis mutandis*, relevante: se o estudo das modalidades de conhecimento do jornalismo pode, por um lado, contribuir para a compreensão geral do jornalismo, também pode, por outro, ajudar a defini-lo.

O presente artigo propõe-se a examinar essa dupla hipótese, ao mesmo tempo, diacrônica e sincrônica, apoiando-se principalmente em dois *corpora* restritos (o discurso programático que acompanha o nascimento da imprensa na França e os textos deontológicos em língua francesa dos últimos cinquenta anos) e também na análise comparativa de sistemas epistemológicos legitimados. Diante da superabundância de discursos normativos suscitados pelo jornalismo ao longo de sua história, os dois períodos escolhidos constituem marcos opostos que permitirão examiná-lo, por um lado, em suas tentativas iniciais e, por outro, em suas transformações contemporâneas. Não se impedirá, no entanto, de evocar, entre esses dois extremos cronológicos, cer-

*Tradução_Gisely Hime.

tos escritos representativos de períodos de mutação intermediária bem conhecidos em outros lugares (em particular, no século XIX). A análise comparativa subsequente procurará identificar, por sua vez, algumas das características que podem trazer ou distinguir a abordagem jornalística dos processos metodológicos formais.

Após descrever brevemente sua perspectiva de análise (seção 1), este trabalho se voltará à gênese e às evoluções subsequentes das abordagens jornalísticas da realidade. Em seguida, estudará as inflexões definidoras que traduzem as cartas e os códigos profissionais atuais e os problemas levantados por eles antes de confrontar as condições e os princípios da abordagem jornalística com os de dispositivos normativos formalizados, tais como abordagens legais, contábeis e científicas. Finalmente, esse caminho o levará a examinar, de forma mais prospectiva, as perspectivas que abrirão uma concepção escalar deste domínio, começando não da mídia ou dos jornalistas, mas do próprio jornalismo.

8 Podemos concluir que, se o jornalismo não pode ser contido em uma fronteira rígida, delimitando de maneira binária a definição sobre o que é ou não seu domínio, por outro lado, seu perímetro pode ser entendido de forma progressiva (estendendo-se do mais ao menos jornalístico) o que a evolução das doutrinas profissionais tende a consolidar.

1. ABORDAGENS EM RELAÇÃO À EPISTEMOLOGIA DO JORNALISMO

Abordar, mesmo em teoria, o jornalismo como uma possível forma específica de saber confronta-se imediatamente com três obstáculos espontâneos oriundos do senso comum, do *habitus* prático e da tradição acadêmica.

O primeiro, empírico, resulta da imperfeição, amplamente admitida, da captação jornalística do real. Uma vez que o processamento da informação, cada vez mais rápido em termos de tempo e breve em termos de formato, não pretende e pode ser senão uma aproximação, fornecendo apenas uma visão parcial do mundo, em certa medida, subjetiva e, por vezes, francamente errada. Concedê-lo, mesmo que

apenas de forma heurística, o status de produção do conhecimento, certamente não é auto-evidente.

O segundo, profissional, está ligado à auto-representação do jornalismo. Como mencionado acima, esta prática é geralmente concebida como uma simples intermediação entre a atualidade e os cidadãos. O romance *Sieur de va-partout*³ (Giffard, 1880), ontem e hoje pode celebrar algumas qualidades – sentidos aguçados, ceticismo, audácia, rigor, honestidade etc. – mas sem que estas, mesmo reforçadas pela experiência individual e coletiva, difiram fundamentalmente das de um indivíduo comum. É evidente que a prática jornalística não é em si mesma “comum”, considerando suas possibilidades de coleta de informações (acesso facilitado ou exclusivo a certos eventos, legitimidade para questionar e exigir respostas etc.) ou seu domínio de processos às vezes complexos (tomada de imagem ou som, técnicas editoriais, mesmo processamento de dados estatísticos ou procedimentos pseudo-experimentais...)⁴, mas não significa que reivindique um modo de “apreenção do real” específico para ela. É uma questão de “reportar”, “testemunhar”, às vezes “investigar” ou mesmo “analisar”, sem, no entanto, que nenhuma dessas ações refira-se a uma metodologia particular (além de certos princípios, tais como sobreposição, aos quais retornaremos posteriormente). Ora, a modéstia desta postura não é apenas técnica: ela ressalta a semelhança entre o jornalista e seu público, na qual o primeiro, recordando os livros didáticos, é apenas o representante (por exemplo, Grévisse, 2008, p. 125; Leclerc, 1991, p. 197). Uma vez que “a retórica da representatividade desempenha (...) um papel maior na legitimação do trabalho jornalístico” (Bernier, 2004, p. 21), reivindicar uma metodologia esotérica – supondo que seja desejável e possível – coloca em jogo muito mais do que receitas práticas.

No entanto, embora as contradições advindas do senso comum e do *habitus* profissional possam explicar que nem o público em geral nem os profissionais

3_ Nota de tradução: obra cujo personagem principal é um repórter.

4_ Assim, os jornalistas que coletam para análise amostras de solos contaminados ou de alimentos duvidosos, ou mesmo aqueles que testam a competência de prestadores de serviço, como mecânicos de carros, seguem uma lógica de investigação racional, ainda que negligenciem usualmente os princípios metodológicos básicos (duplo-cego, caso-controle).

atribuem um valor ou uma especificidade epistemológica particular às abordagens jornalísticas, não se opõem, evidentemente, em nada a que esses processos sejam examinados sob este ângulo, já que o jornalismo visa, de uma forma ou de outra, adquirir e transmitir conhecimento sobre o estado do mundo.

Mais substancial, por outro lado, é a hesitação que pode suscitar a concepção clássica do conhecimento. De fato, interrogar-se sobre a epistemologia do jornalismo tem pouco significado de acordo com a distinção epistemológica tradicional, e ainda amplamente compartilhada, opondo-se ao conhecimento digno deste nome – o domínio do saber legítimo – e a simples crença, advinda da experiência cotidiana e socialmente sobre-determinada.

No entanto, após quase meio século de estudos sobre o conhecimento⁵, uma dicotomia tão rígida tornou-se difícil de sustentar, quer se trate da autoridade infalível e inalterável do conhecimento acadêmico ou quer enfatizam o valor empírico do conhecimento mais profano – por exemplo, o dos pastores de Cumbria estudados por Wynne (1992). Como o sublinhava Kuhn (1983), reservar o status do saber para as produções formalizadas da ciência moderna tornaria barato tudo o que o precedeu ou não veio disso⁶. Embora esta não seja a orientação primeira⁷ – estes trabalhos levam a supor que pode existir, entre os dois extremos que constituem a esfera científica e o público em geral, não apenas graus de expertise intermediárias (Collins; Evans 2002, 2007), mas mesmo maneiras de conhecer “intermediários”, mesoepistemologias. Essas maneiras de saber podem existir sem serem erigidas em metodologia. Por exemplo, os jornalistas tendem a avaliar as informações recebidas em função de uma hierarquização implícita de fontes (oficiais ou não, credíveis ou não), enquanto que o grande público tende a prestar-lhes

5_ Designar-se-á por esta locução voluntariamente genérica o amplo espectro de pesquisas filosóficas, históricas, sociológicas, etnológicas, discursivas etc., contendo em sua produção, negociação e recepção saberes e expertise em comunidades de especialistas e na sociedade em geral.

6_ Kuhn vai, na verdade, mais longe, afirmando, a propósito das várias concepções sobre a ótica que existiram da antiguidade ao final do século XVII que “qualquer definição do homem da ciência que exclua as personalidades mais criativas dessas várias escolas também excluirá seus sucessores modernos” (p. 33).

7_ Na verdade, esses estudos geralmente permanecem focados nas ciências naturais ou na avaliação de riscos tecnológicos.

pouca atenção: confrontados, por exemplo, com quatro artigos apresentados como excertos de uma atribuição escolar, de um blog de ensino médio, de um estudo universitário e de uma declaração de uma autoridade pública, os participantes de um experimento não perceberam nenhuma diferença de competência, credibilidade e retidão entre essas fontes (Le Bigot; Rouet, et al., 2007).

Classicamente, a maioria das pesquisas que se debruçam sobre as normas reivindicadas pelos jornalistas aborda-as como “rituais estratégicos” de autoproteção (Tuchman, 1972) e, mais geralmente, como instrumentos de definição identitária e de demarcação territorial (por exemplo, Le Cam, 2009; Ruellan, 2011).

Todavia, um número crescente de obras tende a transpor conceitos advindos do estudo do conhecimento para o das práticas jornalísticas – por exemplo, a teoria ator-rede (Turner, 2006), a noção kuhiana de paradigma (Mouillaud; Tétu, 1989; Charron; Bonville, 1996), ou ainda o modelo de Collins e Evans (Labasse, 2012a; Reich, 2012; Ross, 2011). Outros até mesmo esqueceram a abordagem do jornalismo como uma modalidade ou estrutura epistemológica per se (Ekström, 2002; Ettema; Glasser, 1985; Godler; Reich, 2013; Labasse; 2004, Levine, 1980). Porém, se as pesquisas parecem conjuntamente abrir novas perspectivas para a compreensão do jornalismo, são mais frequentemente focalizadas em uma prática específica (jornalismo investigativo, jornalismo televisivo...) e, de qualquer forma, ainda são pouco numerosas e moderadamente indutivas em relação às abordagens mais clássicas dessa atividade, cuja epistemologia geral permanece, pois, em grande parte, pouco clara.

Naturalmente, as abordagens do jornalismo baseadas nos conteúdos produzidos ou no estudo das práticas *in situ* constituem uma fonte insuperável de informações sobre o “modo de conhecer” deste último: as observações de Gans (1979) nas redações podem ser lidas como aquelas que Latour e Woolgar (1988) efetuavam ao mesmo tempo em um laboratório de pesquisa. Mas a revelação do que é o jornalismo ou a pesquisa científica na prática não aborda senão incidentalmente (e muitas vezes em termos de

discrepância) o aparelho normativo pelo qual esses modos de aproximação do real são singulares em teoria, o qual vale ser estudado por si mesmo.

2. GÊNESE E CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO JORNALÍSTICA COM O REAL

A produção jornalística é indissociável de uma assujeição em relação à verdade⁸, considerada como seu valor dominante (Cornu, 1998, p. 13), seu dever fundamental (Bernier, 2004b, p. 125), o primeiro de seus fundamentos (Kovach & Rosenstiel, 2001, p. 37)), a saber, a condição mesma de sua existência (Brin; Charron; de Bonville, 2004, p. 143). Mas esta condição também é sua “maldição” (Esquenazi, 2002, p. 19).

O caráter insustentável de tal engajamento era, desde o início, suficientemente evidente - e imediatamente sublinhado pelos sarcasmos das críticas - que o jornalismo nascente foi forçado a moderar suas reivindicações. Apenas um ano após o primeiro periódico em língua francesa⁹, Renaudot, seu editor e editor, descreveu assim seu objeto. Não se trata de divulgar uma verdade absoluta, mas simplesmente algo que mais se aproxima dela:

8_ Sendo os campos semânticos de “verdade” e “veracidade” muitas vezes indistintos, contentar-nos-emos, para não passar em revista vinte e cinco séculos de filosofia (mas também para respeitar o contexto profissional em que são evocados), de empregá-los sem refinamento excessivo nas acepções correntes e largamente comprovadas: para a primeira, a conformidade com um estado do mundo real e, para a segunda, o caráter do que se afirma com a intenção de dizer a verdade. Por outro lado, o uso de um epíteto setorial (por exemplo, “verdade jurídica”) se referirá - sempre segundo uma acepção corrente - a discursos considerados válidos no âmbito das normas e práticas de uma determinada comunidade discursiva.

9_ Observemos que a primazia da *Gazette de Renaudot* em relação às efêmeras *Nouvelles de Vendome e Martin* permanece em debate devido a incertezas sobre as datas precisas de emissão desses títulos, especialmente o segundo. Em todo caso, a empresa editorial de Renaudot, baseada em um monopólio real (privilegio), é, de fato, o ponto de partida para o jornalismo impresso na França e continuará sendo seu único componente por longo tempo. O *corpus* examinado aqui compreende os anos 1631 e 1632 da *Gazette* e de seus suplementos periódicos, incluindo suas coleções anuais. Grande parte dos textos relevantes vem da mensal *Relation des nouvelles du monde*, da qual cada entrega começava, ao contrário da *Gazette*, pelo que hoje seria chamado de “editorial”. Para aliviar as múltiplas referências às publicações mensais, vamos indexá-los de agora em diante pela página de sua reimpressão no *Recueil des gazettes, nouvelles, relations et autres choses mémorables de toute l'année* 1632 (publicado em 1633), do qual se apresenta a correspondência: [43] janeiro 1632, p. [87] fevereiro 1632, p.1; [88] 1632 fevereiro, p. 2; [125] março 1632, p.1; [173] abril 1632, p.1; [213] maio 1632, p.1; [249] junho 1632, p.1; [297] julho 1632, p.1; [337] agosto 1632, p.1; [393] setembro 1632, p. [433] outubro de 1632, p. [475] novembro de 1632, p. [523] dezembro 1632, p. 1.

(...) a busca da verdade, a qual, no entanto, não me agarro, uma vez que é difícil imaginar que, entre quinhentas notícias escritas com pressa de um clima a outro, alguém escape a nossos correspondentes que merecem ser corrigidos por seu pai, o tempo. Mas talvez haja pessoas curiosas para saber que, naquele momento, esse barulho era considerado como verdadeiro ... (Renaudot, 1632, p. 6-7)¹⁰

Esta produção não está menos situada, em princípio, em um registro de conhecimento que lhe é próprio, superior às fofocas do público, seus “falsos ruídos” e suas notícias “mais frequentemente inventadas e baseadas na incerteza de um simples boato” (1632, p. 6), enquanto está explicitamente colocada abaixo do discurso acadêmico: “a história é o relato das coisas advindas: a gazeta é apenas o ruído que a atravessa. A primeira é obrigada a sempre dizer a verdade. Para a segunda, é suficiente impedir-se de mentir” (1633, p. 125).

Notar-se-á que a reversão que o leva a renunciar a uma reivindicação absoluta – a verdade – em favor de uma referência negativa – a ausência de mentira – não é insignificante: se a verdade é difícil de estabelecer, a mentira é, por sua vez, acessível à refutação empírica. *Mutatis mutandis*, é por uma inversão, senão semelhante ao menos da mesma natureza, que Popper (1973) pedirá o abandono da concepção indutiva de demonstração científica, a fim de substituí-la pelo critério de falsificação, ou seja, a possibilidade de demonstrar a falsidade de um enunciado. Mas é evidente que o discurso editorial de Renaudot, como aqueles que o seguirão ao longo dos séculos, não procede de uma reflexão etérea. É claramente apologética – o segundo texto, por exemplo, entende “servir como uma resposta para aqueles que afirmam que Tilly¹¹ não queria morrer como nos diziam” – e se inscreve não menos evidentemente em uma estratégia de promoção e distinção, como as de todos os grupos profissionais neste campo, sejam antigos ou modernos, profanos ou eruditos. Não é menos impressionante ver uma “corporação” que, oficialmente, à época, tinha apenas um membro

10_ A ortografia e a pontuação de todas as citações de Renaudot foram modernizadas por nós.

11_ Provavelmente, o general Brabançon Jean T'serclaes de Tilly, que, tendo morrido em 1632, teria assim inaugurado a longa lista de mortes anunciadas um pouco prematura ou aproximativa pela imprensa.

para especificar sua abordagem tão cedo e com tanta insistência.

Se ela visa “dizer sua função social, codificar sua prática (...) para afirmar uma certa distância” (Feyel, 2003, p. 175), a protodoutrina elaborada mensalmente por Renaudot já adianta uma boa parte dos traços pelos quais essa abordagem do mundo «mais ordenada e mais metódica, mais verdadeira também” (Ginisty, 1920, p. 2) afirma se diferenciar de outras narrativas, públicas ou privadas.

- Imparcialidade: distinguindo-se do que pode conter “uma carta tendenciosa” [87], as notícias na *Gazeta* “não são parciais”, ao contrário d'aqueles que dizem isso. Como aqueles que olham através de um copo colorido, sua paixão os faz julgar os outros de maneira semelhante a si mesmos” [393];
- a qualidade das fontes e a relação com o campo: em contraste com os ruídos e notícias “sem autor” [87], o gazeteiro depende de uma rede de fontes identificadas, regulares (“meus autores” [393]) e próximas “dos mesmos lugares” [173], do qual reportam a informação, que a *Gazeta* pode assim “buscar até os climas mais remotos” [393];
- autocorreção: sempre provisória, as notícias compensam a pressão do tempo pela “liberdade para deduzir quando o caso está lá” [125], corrigindo os erros “assim que se toma conhecimento deles” [88];
- adequação: o estado do mundo proposto pelo jornalismo nascente é fruto de uma arbitragem reivindicada entre a complexidade do real e as restrições técnicas (tempo, lugar) e cognitivas (clareza, aprovação) que assume explicitamente. Mesmo se a *Relação* mensal, mais analítica do que a *Gazeta* semanal, pretende “esclarecer o que é obscuro e amplificar o que é conciso demais” [249], não o faz na forma “que daria a quem é melhor instruído porque lida com seus assuntos” [393];
- equilíbrio: Renaudot, novamente como seus sucessores, justifica a própria insatisfação de interesses ou opiniões opostos. Equilibrando frequentemente as divergências de críticas

entre “uns e outros” [87], adota uma postura mediana e abrangente: “o julgamento dos homens não concorda mais neste ponto do que faz em todo o resto” [523];

- acoplamento à atualidade: ao contrário dos autores “que escolhem o material que lhes parece bom sem serem obrigados como eu a seguir aquele que todos os dias se me apresenta” [213], a *Gazeta* é colocada - para usar um clichê moderno - na tomada direta com o acontecimento, cuja notícia, mesmo tardia, dita seu menu;
- heterogeneidade: outra característica essencial da imprensa, “a tendência para a variedade, que é a promessa ‘de tudo’” (Morin, 1969: 13) contrariamente à especialização do discurso acadêmico também é reivindicada pelo editor da *Gazette*, que enfatiza “a diversidade de assuntos e lugares” [337] “não tendo nada nesta grande variedade, da qual algo poderia não agradar” [523];
- confronto e sobreposição: estes instrumentos fundamentais de validação e legitimação da relação jornalística com o real são, senão sistematizados, ao menos apresentados por Renaudot, que deplora que um boato “às vezes desperte mais atenção e crédito nos espíritos que o artigo mais preciso de nossas *Relações*, extraído de uma série de cartas de vários lugares, a qual a conformidade terá servido de pedra de toque” [87]. As divergências, mesmo entre as fontes, contribuem para acreditar sua aproximação: face à crítica segundo a qual “aqueles que escrevem de todas as partes do mundo não concordam”, o editor sustenta que “haveria muito mais aparência de impostura naqueles que enquadrarão tantas nações, interesses e opiniões em conjunto” [173].

Todos esses elementos contribuem para construir o *status* do tipo particular de verdade que Renaudot comercializa, aproximativa, com certeza e, às vezes, errônea (como ele não perdeu a oportunidade de reconhecê-lo) “e, no entanto, não se encontrarão, na minha opinião, dificilmente notícias mais uniformemente verdadeiras do que as minhas” [297].

3. AS INFLEXÕES DA PROMESSA DA VERACIDADE

Ao ler, após mais de três séculos, as propostas feitas em um contexto histórico e uma posição particular (a situação política da Gazeta) muito específicos incitam evidentemente à vigilância, especialmente porque certas outras partes do discurso de Renaudot são, por sua vez, extremamente datadas¹². Mas, independentemente da precaução que tomemos, e apesar das diferenças que inevitavelmente separam os princípios afirmados e as práticas efetivas, não é menos importante constatar o quanto a captação do real reivindicada pelo jornalismo nascente converge por muitos aspectos com aquela dos profissionais contemporâneos. O fato de que esses elementos surgiram a partir da publicação do primeiro periódico em língua francesa incita a se perguntar se – independentemente de qualquer contingência histórica ou comercial, e apesar de suas participações em legitimação e diferenciação competitiva – não poderiam ser inerentes ao próprio projeto de jornalismo.

No entanto, o compromisso referencial do jornalismo obviamente experimentou variações notáveis ao longo do tempo. Mas esse caminho também é significativo: longe de se reduzir a um aparelho de transmissão inerte, o jornalismo integra as evoluções do pensamento intelectual ou acadêmico em sua própria doutrina e em sua relação com o mundo. Sem entrar em todos os detalhes, nuances e restrições impostas (as restrições de espaço exigem manter alguns marcos heurísticos), observamos que o momento em que conhecimento e razão emancipam-se de dogmas e princípios para reivindicar uma influência sobre a conduta da cidade é logo seguido pelo surgimento do jornalismo¹³ “engajado”:

(...) o tempo não é mais como quando o jornalista era um juiz de comédia e músico premiado (...) ou um promotor que indicava as casas à venda,

12_ Assim, as passagens obrigatórias da adulação do rei cujas ações “irradiam tal esplendor que iluminam todo o continente” [43] podem surpreender em um jornal contemporâneo, pelo menos no Ocidente.

13_ É também o momento em que começa a distinção entre os órgãos de informação que, como a Gazeta, trazem notícias, e os periódicos com pretensões mais intelectuais - os “jornais” no sentido clássico - que reportam e comentam as obras do espírito. Mas a invocação do jornalismo ainda não corresponde à constituição de uma identidade profissional distinta da dos “homens de letras” em geral.

os efeitos perdidos, o preço do feno e a altura do rio; ou um anatomista com um bisturi a quem se destinava apenas os mortos, enquanto o exercício e a aplicação de sua arte lhe eram proibidos nos vivos (...) Hoje, era necessário para o escritor periódico, a veracidade do historiador que fala para a posteridade e a intrepidez do advogado que ataca os homens poderosos e a sabedoria do legislador que reina sobre seus contemporâneos (Desmoulins, 1790 apud Hatin, 1860, p. 243.).

A tendência, como sabemos, será revertida durante o século XIX, à medida que o espaço público de comunicação se expandir e se diluir. Em 1836, *La Presse* de Girardin virou as costas para o jornalismo partidário, que “deu à luz tanta dissensão social”, propondo, por sua vez, “representar, não a opinião interessada de um partido exclusivo, a causa dinástica de uma família, as teorias inaplicáveis de uma escola, mas os verdadeiros interesses gerais (...)” (n° 0, 15.06.1836: 1), lisonjeando ao contrário de separar, em uma seção (intitulada “polêmica”), o exame dos debates do dia e, em outra, “a reprodução metódica dos fatos, sem misturas de comentários” (n° 0, 15.06.1836: 3). Não foi senão meio século depois, com a reorientação de *La liberté* - pelo mesmo Girardin, em 1866 - e especialmente com a publicação do *Le Matin* - “um jornal de informações telegráficas universais e verdadeiras (...), apresentadas de forma precisa, clara, alerta e concisa, absolutamente nova.” (N° 1, 26.02.1884: 1) - que a concepção moderna do jornalismo factual, em grande parte inspirada no mundo anglo-saxão, surgirá na França.

Atribui-se classicamente, e não sem razões, esta evolução a fatores tecnológicos (o telégrafo, a rotativa, o trem...), sócio-demográficos (urbanização e alfabetização) e comerciais: satisfazer um público em massa implica renunciar à forma e ao tom de fundo das folhas doutrinárias para desenvolver um discurso acessível, concreto e ostensivamente “objetivo”, tirando sua legitimidade de sua relação de prioridade com o campo, as testemunhas e os atores dos fatos. Mas a evolução do pensamento jornalístico também pode se situar na história das ideias. O aumento da referência à objetividade jornalística, “o mais alto conceito moral original jamais desenvolvido na América e oferecido ao mundo¹⁴”, segundo a

14_ Todas as citações originalmente inglesas são traduzidas por nós.

fórmula audaciosa de um funcionário da Associated Press¹⁵, coincide com o do método - mesmo da ideologia - científico, não só nas ciências da natureza e da vida, mas também em relação ao real em geral (Comte, Renan, Taine...) e até mesmo na ficção (Zola). Não depende das formas discursivas que evoluem em paralelo, organizando o apagamento do autor, a proeminência dos fatos e a fria “eficiência” de sua apresentação. Enquanto os modos epistolar e narrativo dos artigos científicos estão cedendo lugar lentamente ao rígido plano “introdução, métodos, resultados e discussão”, os artigos de imprensa estão fluindo progressivamente para o molde jornalístico não menos rígido do ataque recapitulativo e da estruturação em pirâmide invertida¹⁶.

Esses dois racionalismos conhecerão novamente um ponto de viragem paralelo durante o questionamento geral dos anos 1960 e 1970. Enquanto epistemólogos (Lakatos, Feyerabend...), historiadores e sociólogos da ciência (Kuhn, Latour...) minam a concepção ingênua de uma abordagem científica infalível e estritamente objetiva, a corrente do *New Journalism* popularizada por Tom Wolfe (e, em particular, adaptada na França pela equipe da revista *Actuel*) contesta os cânones da objetividade jornalística e reintroduz o olhar do autor¹⁷, sem abandonar a sujeição fundamental à verdade - que, no entanto, será contestada - mas tomando nota da singularidade de toda a captura do real. Nenhum desses desenvolvimentos transformarão realmente as práticas: os pesquisadores continuam a coletar “dados” e os jornalistas, “fatos”. Mas, no entanto, eles contribuirão¹⁸ para reajustar a reportagem à realidade dos profis-

15_ Se este termo emerge efetivamente no século XIX e deve sua fortuna popular ao seu emprego em um contexto jornalístico, suas raízes filosóficas europeias o precedem claramente (em um sentido mais restrito). Deve-se notar que, embora essa frase tenha sido atribuída a Kent Cooper, Diretor Geral da Associated Press em 1943, por muitos autores (por exemplo, Blankburn e Walden, 1977, Mindich, 2000), não conseguimos conectá-lo a uma escrita original.

16_ Embora estas duas evoluções remontem ao século XIX, ambas só se generalizaram no século seguinte.

17_ Já que a grande reportagem, por sua vez, nunca foi abandonada.

18_ A reflexão sobre os limites da “objetividade” jornalística não se limita ao momento do *New Journalism*: para mencionar apenas uma figura marcante neste campo, o fundador do *Le Monde*, Hubert Beuve-Méry, por várias vezes enfatizou suas dúvidas sobre isso. Lembremos, além disso, que a expressão *new journalism* já havia sido usada para se referir a outras evoluções, incluindo o jornalismo factual e de campo, no século XIX.

sionais: apenas os pesquisadores mais virtuosos ou os profissionais de mídia pretendem, hoje, dispensar certezas intemporais e universais.

Seria possível estender esse paralelismo a outras tendências – por exemplo, a reintrodução contemporânea do debate público ou do que ocupa seu lugar, pelo movimento das “ciências cidadãs” e pelo “jornalismo cívico” até o final do século XX – mas o acúmulo de similitudes parciais (preço de qualquer aproximação baseada em analogias) traria pouco para aquelas já mencionadas acima.

Certamente, não se concluirá que a evolução das ideias jornalísticas seja diretamente associada à das ideias científicas, sendo uma e outra multifatoriais e, evidentemente, sujeitas às influências da sociedade em que ocorrem (sociedade que ambas influenciam em troca). Mas o fato é que, portanto, parece difícil reduzir a evolução da captação jornalística do mundo apenas ao jogo de interesses políticos ou comerciais – tão preponderantes quanto são esses últimos – sem operar a mesma redução sob a ótica do pensamento erudito. Da mesma forma, apontar corretamente o que as auto-representações do mundo das abordagens jornalísticas podem ter de míticas (Le Bohec, 2000) não as priva de seu interesse intrínseco mais do que a medida das separações entre as doutrinas gerais ou disciplinares das ciências e a realidade das práticas científicas nos proibiram de estudar esses princípios em si mesmos: independentemente da diversidade de suas motivações e da adesão que reúnem, os elementos declaratórios da percepção jornalística do real manifestam uma substância suficiente para ser levada a sério.

4. PENSAMENTO JORNALÍSTICO ENTRE CRISE E (POSSÍVEL) RENASCIMENTO

Por quase quatro séculos, o jornalismo ficou satisfeito com formalizações bastante sumárias: no mesmo patamar de seu engajamento com a veracidade, sua autoconcepção permaneceu mediana. Mais pensada, sem dúvida, do que a do “homem da rua”, mas muito menos do que a dos cientistas, a essência da abordagem jornalística foi especificada apenas de acordo com as circunstâncias, geralmente

na temporalidade e sob a forma apressada de sua produção cotidiana (artigo, editorial ...). Assim, os métodos e a natureza deste “profissionalismo impreciso” (Ruellan, 1993) permanecem incertos mesmo nos manuais.

Este baixo grau de formalização explica-se em parte pela natureza aberta desta profissão, bem como pela fraca coesão dos atores e pela espontaneidade nada teórica de seus usos discursivos (a “ingenuidade” da qual Renaudot já se lisonjeava, ironizando aqueles que pretendiam que não deveriam «ignorar nada de todas essas ciências» (525)). Mas isso é devido, em grande parte, ao fato de que este domínio de atividade jamais foi confrontado com a necessidade de realmente se definir. Estando protegido das agonias de um aprofundamento sistemático por sua posição – a exclusividade de seu acesso ao campo e suas fontes, e mais ainda o “monopólio dos instrumentos de difusão” (Bourdieu, 1994) – o jornalismo pode ser definido, inclusive na lei, por esta mesma posição específica: é um jornalista que alimenta um órgão de informação. Foi suficiente adicionar “a título profissional”, enfatizando assim a separação com os “amadores” da literatura advinda no final do século XIX, a fim de encontrar-se equipado com uma caracterização factual, evadindo qualquer questionamento abstrato. Trata-se de uma rejeição persistente, como evidenciada, por exemplo, pela disputa entre uma união sindical de jornalistas e a confederação sindical da qual dependia¹⁹: esta última destinava-se a incluir a união sindical no seio de uma seção expandida de trabalhadores da comunicação e da cultura, mas, diante dos protestos dos jornalistas, concordou em preservar a especificidade do sindicato, desde que fornecessem os critérios para determinar se um funcionário estava ou não coberto por este último. No entanto, este pedido, aparentemente lógico, foi fortemente rejeitado pelos membros jornalistas, que denunciaram o convite a tal exercício como argumento inaceitável.

19_ Este episódio não-documentado é uma observação de campo feita no congresso anual da União dos sindicatos dos jornalistas CFDT de Lannion (2001), a qual o autor dessas linhas foi convidado como observador.

No entanto, como já foi dito, a caracterização prática fundamentada no apego a um meio de informação impresso ou audiovisual, perdeu seu significado em face da diluição operada pelas novas tecnologias que permitiram a todos acessar e divulgar informações fornecidas por fontes. A concorrência das novas mídias é obviamente comercial, mas a própria questão do valor jornalístico coloca os profissionais diante de um teste socrático radical: ou a captação jornalística do real é uma “arte” – isto é, “conhece as causas do que faz e pode justificar cada uma de suas operações” (Platão, 1826, p. 345) – ou é apenas “uma utilização, uma rotina, uma profissão, onde a arte não entra na verdade por nada, mas que supõe na alma de tato, audácia e grandes disposições naturais para conversar com os homens” (Platão, 1826, p. 229); em todo caso, ela não se distingue das habilidades do público, nem também dos animadores de sites de entretenimento ou blogs egoístas.

Se os profissionais, dos quais se imagina que muitos se contentariam voluntariamente com a segunda descrição se ela não conduzisse seu trabalho à dissolução, decidiram realmente enfrentar o desafio de uma explicação específica e reivindicável, em suma, para sair da indeterminação já evocada; este poderia ser o início do maior ponto de mudança no pensamento jornalístico. Ora, o exame da literatura profissional permite ressaltar efetivamente os índices de tal maturação. O exemplo mais aprofundado é a abordagem realizada, há mais de uma década, pelo comitê de jornalistas interessados. Preocupados com a perda de fidelidade do público e a mistura entre jornalismo e entretenimento (o “jornalismo de comunicação”, observado por Charron e de Bonville, 2004), mas também, em termos mais gerais, pela perspectiva de ver “desaparecer o jornalismo no seio do universo mais amplo da comunicação” (Kovach; Rosenstiel, 2001, p. 10), o coletivo decidiu “engajar os jornalistas e o público em um exame minucioso do que o jornalismo deveria ser” (Kovach. Rosenstiel, 2011, p. 11), recorrendo, para este fim, a mais de vinte reuniões públicas e cem entrevistas individuais, bem como a duas pesquisas por questionários. A síntese dessas pesquisas, muito densa para ser detalhada aqui, levou, em particular, a reafirmar a verdade como “o primeiro e o mais confuso” (Kovach; Rosenstiel,

2001, p. 36) dos princípios do jornalismo, apresentada como uma “disciplina de verificação” (Kovach; Rosenstiel, 2001, p. 12), e a explorar o que uma verdade jornalística pode ser:

É o que procura o jornalismo - uma forma prática ou funcional de verdade. Esta não é a verdade em um sentido absoluto e filosófico. Esta não é a verdade de uma equação química. Mas o jornalismo pode - e deve - procurar a verdade em um sentido que podemos operar no cotidiano (Kovach; Rosenstiel, 2001, p. 42).

Se o processo inova por sua característica sistemática, muito incomum no campo do jornalismo, sua principal conclusão, como vemos, difere pouco da doutrina apresentada por Renaudot, na época de Richelieu e dos mosqueteiros e, portanto, enfrenta o mesmo problema fundamental da referência à verdade, ao qual retornaremos mais tarde. Por outro lado, esta iniciativa circunscrita, nascida no seio da franquia mais proeminente do jornalismo norte-americano²⁰, não pode, por si só, estabelecer a existência de uma tendência mais global do jornalismo a partir de sua imprecisão constitutiva. Para isso, é necessário examinar a evolução dos documentos normativos de alcance geral, elaborados dentro dele. Vamos nos concentrar mais precisamente aqui nos textos coletivos com vocação deontológica (códigos, cartas, proclamações etc.) publicados em francês, nos países ocidentais²¹, nas últimas cinco décadas ou – no caso de escritos anteriores – tendo estado em vigor durante este período²².

Em geral, os textos escritos antes do final do século XX apresentavam – além de suas próprias prescri-

20_ Ela surgiu, na mudança da Fundação Nieman para o Jornalismo na Universidade de Harvard, da aproximação dos executivos editoriais e de jornalistas de renome, particularmente interessados em interações com a academia.

21_ Nós nos arrependemos ainda mais de não mencionar aqui outros países, muitos dos quais, notadamente no norte da África, estão atualmente engadados em processos de redefinição do status jornalístico extremamente interessantes. No entanto, tendo em conta as peculiaridades dessas várias abordagens, ligadas a contextos específicos de extensão da liberdade de expressão, implicaria desenvolvimentos incompatíveis com o tamanho de um artigo já muito longo.

22_ Notemos, contudo, que um texto do *corpus* não foi publicado em francês, mas foi escolhido devido ao alcance (teoricamente) bilingue da associação profissional da qual emana. Por outro lado, não estão, evidentemente, incluídos no perímetro examinado as cartas internas para uma empresa da imprensa, os relatórios ou ainda os testes de profissionais sem vocação representativa (o que não impede de se referir a eles ocasionalmente).

ções – uma similaridade notável: se eles se apegavam ao jornalismo de “direitos” e “deveres”, abstinham-se habitualmente de especificar em que consistia o dito jornalismo, que não aparecia apenas como uma consequência desencarnada da liberdade de expressão. Assim, na Bélgica, “a liberdade de imprensa é a principal salvaguarda (...)”, da qual se segue que “a imprensa deve ter o direito a (...)” (Código de princípios do jornalismo, 1982). Se uma alusão tímida à natureza do trabalho jornalístico é notável talvez a partir da década de 1970, isso é tão incidental (declaração europeia, chamada de Munique, 1971) ou ambígua (Código Suíço, 2005) que parece – talvez – fortuita: o jornalismo permanece definido de forma implícita (por exemplo, a declaração da Federação Internacional de Jornalistas, 1986) ou explícita (por exemplo, código do Luxemburgo, 2006), por sua colaboração com um órgão de imprensa. Em 1996, no entanto, o código de Quebec tentou uma mistura em dois momentos, que sujeitou à mídia a descrição de atividades específicas:

Neste Guia, o termo “jornalista” refere-se a qualquer pessoa que exerça a função de jornalista em nome de uma empresa jornalística. Exerce função de jornalista é a pessoa que executa, com a finalidade de divulgar informações ou opiniões ao público, uma ou mais das seguintes tarefas: pesquisar informações, reportar, redigir entrevista ou preparar relatórios, análises, comentários ou crônicas (...) (1996, p. 2).

Por outro lado, a “Carta de Qualidade” elaborada em 2007, no âmbito das Cátedras Internacionais de Jornalismo, anuncia uma inversão de precedência, a referência à mídia apenas esclarecendo a descrição funcional:

o jornalista é aquele cujo trabalho é pesquisar informações, verificá-las, selecioná-las, situá-las em seu contexto, hierarquizá-las, formatá-las e eventualmente comentá-las. Faz isso por meio de mídia impressa, de radiodifusão, televisão ou mídia digital, usando textos, sons, imagens fixas ou em movimento. (p. 2)

A revisão da Carta do Sindicato Nacional dos Jornalistas da França foi, em 2011, a primeira a romper verdadeiramente com essa ligação. Tal evolução é ainda mais importante que a carta original, publicada

em 1918 (e revisada em 1938), que exerceu uma influência notável sobre as que a seguiram. Ora, enquanto o decano de 1918/1936 evocava, sem mais detalhes, apenas os deveres de um “jornalista digno desse nome”, a nova versão tenta resumir a essência do jornalismo, em que ela “consiste” (a questão da “forma de imprensa na qual ele exerce” é somente incidental):

O jornalismo consiste em pesquisar, verificar, situar em contexto, hierarquizar, formatar, comentar e publicar informações de qualidade; não pode ser confundido com a comunicação. Seu exercício exige tempo e meios, seja qual for o suporte (p. 1).

Este ponto de mudança, essencial em princípio, mas discreto em sua formulação, dificilmente parece ter atraído atenção de praticantes e observadores. Por outro lado, o próximo passo, dado (independentemente do anterior) pela Associação Canadense de Jornalistas (CAJ, 2012), é bastante notável – e sublinhado por um comunicado de imprensa – para que não passe despercebido: intitulado “O que é jornalismo?”, este *paper* discute a relutância dos jornalistas em se definir²³, apenas ultrapassando-se a si próprios: “No final do dia, estávamos convencidos de que era eticamente inaceitável que continuássemos discutindo a ética jornalística, encolhendo-se diante de uma definição de jornalismo em si” (2012, p. 2), uma questão que, até então, parecia “muito abstrata para exigir atenção” (1-2).

Além de sua natureza reflexiva e determinada, o texto do comitê se distingue por um componente excepcional de acordo com os usos discursivos do jornalismo: uma revisão da questão dos “paradigmas existentes” (p. 2), apoiada em uma bibliografia de 24 referências em formato APA. Mas, acima de tudo, é o primeiro texto coletivo (ver Meyer, 1991, para uma proposição individual) a reivindicar um status epistemológico para o jornalismo, uma vez que o define não apenas por seu objeto e seu caráter criativo, mas também por seus métodos: “o trabalho jornalístico fornece claramente evidências de uma disciplina autoconsciente, projetada [calculada] para fornecer uma descrição justa e equitativa dos fatos, opiniões e debates em jogo em uma situação dada”, recorrendo

23_ “Muitos dirão que o fato mesmo de procurar uma definição para o jornalismo (...) é uma abordagem elitista e eticamente inaceitável” (p.1).

a “algumas abordagens reconhecíveis” (p. 4).

Aqui novamente a tradição crítica das pesquisas em jornalismo incitaria a reduzir essas várias declarações para discursos de autolegitimação (o que são evidentemente em certa medida). Mas, para julgá-los indignos de “chamar atenção”, seria minimizar a lógica das transformações globais que as determinam e a coerência da evolução que desenham ao longo de um período de tempo notadamente breve. Com efeito, tais propósitos, portadores de uma dupla ruptura muito desconfortável – não apenas em relação aos órgãos de informação (que já não condicionam o jornalismo), mas também em relação ao público (que não recorre às etapas evocadas pelo SNJ ou pelo CAJ) – teriam sido dificilmente concebíveis vinte anos antes de parte das organizações manter o consentimento, pelo menos passivo, dos jornalistas filiados: mesmo constrangida pela disseminação das novas tecnologias, a primeira ruptura desnuda-os da proteção identitária oferecida pelos órgãos de imprensa e chama, a partir da segunda, aquela que as submete em contrapartida das considerações normativas, sacudindo a liberdade individual que reivindicam.

5. A AMÁLGAMA DOS ENGAJAMENTOS

De Renaudot a Kovach e Rosenstiel, o discurso jornalístico sobre a captação jornalística do mundo engloba pelo menos três dimensões – axiológica, ontológica e metodológica – cuja amálgama persistente manteve a confusão em torno desta prática e preveniu seu desenvolvimento conceitual. Do ponto de vista axiológico, apresenta-se como um discurso ético, baseado no interesse público e reivindica o respeito pelos princípios moralmente recomendáveis (é, por exemplo, a partir desse ângulo que Feyel, 2003, leu os escritos de Renaudot ou que Charon, 2003, estudou as cartas jornalísticas). Do ponto de vista ontológico, ele foi confrontado por quatro séculos com o problema da verdade, que ele tenta – com sucesso mitigado – adaptar às realidades de sua produção. Mas, por necessárias que sejam à orientação de toda a atividade humana, incluindo o jornalismo, as referências ao “bom” e “verdadeiro”, particularmente maleáveis, confinam-no em um impasse. Se o

bem é eminentemente subjetivo (não há ditador que não reivindica o bem público e a moral), a verdade não é o menos: supondo que o jornalismo possa oferecer a “verdade” – e isso a ele é excluído, por razões de meios, temporalidade, lugar, complexidade etc., cada um dos quais suficiente (ver Labasse, 2004) – seria impossível, como observou Renaudot, acordar opiniões divergentes de seus leitores sobre isto. Em outras palavras, persistir, como fazem Kovach e Rosenstiel, na definição do jornalismo pela promessa de verdade equivale a manter sua própria negação, em teoria, mas também na prática (como as vagas da notícia abundam em testemunhos). O que foi embaraçoso na época do “monopólio” dos profissionais sobre a informação torna-se mortífero quando esse monopólio se desintegra e o valor agregado do jornalismo deve ser justificado.

As duas vias que permitiriam realmente ao jornalismo romper o impasse conceitual, cívico e comercial tem um alto custo simbólico e reflexivo. Na verdade, eles convergem, no final, para a necessidade de se debruçar seriamente sobre a terceira dimensão de seu *ethos*, a metodologia, até então afogada nas nebulosidades combinadas do bem e da verdade:

- - ou, como a maioria das profissões advindas à maturidade, o jornalismo acaba por abandonar a impossível obrigação de resultados (dizer a verdade) pela qual se apresenta à avaliação, para substituí-la por uma obrigação de meios (informar corretamente), o que implicaria explicar suas normas metodológicas;
- - ou, no caminho da lógica de adaptação esboçada por Renaudot e seus sucessores contemporâneos, comercializando não mais a verdade, mas a “verdade jornalística” apresentada corretamente como tal. De toda forma, esse salto exigiria mais do que uma petição de princípio: implicaria ser capaz de caracterizá-la explicitamente, o que suporia novamente especificar os métodos a partir dos quais ela deriva, ou seja, que ela “requer”.

Assim, com ou sem verdade, o jornalismo poderia eventualmente ser condenado a se destacar por sua metodologia, no sentido mais amplo do termo. É, além disso, o salto para o qual a Associação dos

Jornalistas canadenses parece se orientar: não é irrelevante que seja seu comitê de ética, encarregado do relatório, que não apenas apresentou o critério de “um conjunto particular de métodos” (p. 3), mas até considerou que as definições precedentes de jornalismo estavam “sobrecarregadas com avaliações éticas” (p. 3).

Mas quais regularidades podem ser ressaltadas dentro de uma profissão cuja vagueza e diversidade foram mencionadas acima? Alguns tentaram fazer sínteses nacionais (Rhodes, 2012) ou internacionais (Unesco, 1974) de textos existentes. No entanto, estes últimos são limitados – para além da sua orientação *pro domo* – pela natureza pouco analítica acima mencionada: a prevalência da dimensão ética, em particular, reduz a poucas coisas a reflexão sobre eventuais especificidades da perspectiva jornalística. Ora, o método e os valores são mais do que preceitos práticos: eles podem se referir a concepções opostas de jornalismo. O primeiro tende a identificá-lo como um discurso autotélico (informar, sendo considerado como um fim em si mesmo) quando os segundos conduzem à sua orientação e, às vezes, a instrumentalização em favor de ideais de maior valor (por exemplo, a preservação da ordem social, ou pelo contrário, seu questionamento), mesmo que os faça prevalecer sobre qualquer outra consideração:

o jornalismo ético, no sentido de uma prática preocupada com os indivíduos como seres humanos, preocupado com a democracia e a responsabilidade pelo que está escrito, é mais importante do que a noção de neutralidade moral que é incorporada na técnica de reportagem objetiva (Cohen-Almagor, 2008, p. 150).

Mesmo abstraindo os fins perseguidos para considerar apenas os meios, as normas que definem um jornalismo eticamente recomendável são, muitas vezes, de natureza diferente daquelas que garantem a qualidade de sua produção. Assim, as considerações que promovem, por exemplo, o respeito pela privacidade ou reprimem o roubo de documentos, por mais desejáveis que o sejam, não são pertinentes de um ponto de vista estritamente epistemológico (podemos produzir boas informações por meios repreensíveis), assim como, no campo científico, as experiências, tradicionalmente autotélicas, podem ser moralmente

inaceitáveis (Chester Southam, Stanley Milgram...), sendo metodologicamente irrepreensíveis.

Esta analogia, no entanto, refere-se a outra abordagem da questão das normas: a perspectiva comparativa. Teorizada notadamente por Everett Hughes para o estudo das profissões, resulta também frequente na descrição do jornalismo (por exemplo, Tuchman, 1972; Bourdieu, 1996; Esquenazi, 2002; Gauthier, 2010...) e, sobretudo, onipresente na auto-descrição disso. Com efeito, desde suas origens, esta última localizou menos seu discurso no absoluto do que em relação aos outros, em particular o discurso científico, do qual Meyer ainda propôs a adoção dos padrões: “considerar o jornalismo como se fosse uma ciência, aplicar o método científico, a objetividade científica e os ideais científicos em todo o processo” (Meyer, 1991). Mas, embora o recurso a comparações com outras profissões seja notadamente comum em discursos internos e externos sobre jornalismo, esse recurso permanece geralmente mais anedótico do que sistemático. Ora, a abordagem comparativa, cuja “essência é procurar diferenças dentro das dimensões comuns ao conjunto dos casos” (Hughes, 1970, p. 150), inclusive entre profissões extremamente distantes em aparência, parece particularmente apropriada para perceber os “limites do legítimo e respeitável” (Hughes, 1970, p. 154-155). No entanto, como foi referido acima, nossa intenção não é, de forma alguma, pesquisar no terreno das manifestações empíricas de atitudes profissionais reais: pelo contrário, concentrar-nos-emos em normas²⁴ já bem conhecidas, a análise não visando senão identificar as “dimensões comuns” e as “diferenças”.

6. SIMILARIDADES E DIVERGÊNCIAS DOS CASOS EPISTÊMICOS

Assim que se tenta definir as condições de produção de uma possível “verdade jornalística”, muitos sistemas de produção de conhecimentos específicos – ou estruturas epistêmicas – estão disponíveis para comparação. Se o quadro científico produz não a verdade, mas a “verdade científica”, o mesmo se dá, espe-

24_ Que sejam erigidas em regras explícitas (e, às vezes, em obrigações legais) ou que possam ser deduzidas de preceitos abundantemente documentados em outros lugares, notadamente nos manuais de aprendizagem (e de aculturação) das profissões consideradas.

cialmente para o quadro financeiro (a “verdade contábil” de uma empresa ou de um país é, muitas vezes, distante da realidade destes), ou ainda para o quadro judicial. Frutos de sistemas de produção distintos, essas formas de conhecimento derivam sua validade dessas normas internas, mas não coincidem necessariamente no exterior com elas (a “verdade judicial” foi vista em uma questão, por exemplo, a reparação a um prejuízo, opor-se à “verdade científica”, segundo a qual as causas invocadas não conseguiram, de modo algum, produzir os efeitos avançados²⁵).

Ao contrário das habilidades de um açougueiro ou de um marinheiro, qualquer que seja sua percepção, os procedimentos judiciais, contábeis ou científicos constituem quadros epistêmicos, em que se realizam na descrição de um estado do mundo, a produção de um discurso referencial (julgamentos, contas, relatórios de pesquisa), que também é a razão de ser do jornalismo. Ora, todas essas estruturas apresentam, desde o início (ou seja, na própria vulgata), “dimensões comuns” manifestas. Afirmam entre seus imperativos fundamentais:

- Uma condição de imparcialidade (distanciamento) e de desinteresse pessoal: os casos de conflito de interesses que todos eles reencontram mostram a possível separação entre práticas e princípios, mas não invalidam estes, que conduzem, pelo contrário, a reiterar publicamente;
- Uma condição de independência do autor em relação a empreendimentos políticos ou econômicos ou, em qualquer caso, ao seu controle direto (mesma observação);
- Uma condição de sinceridade, envolvendo não só não mentir *stricto sensu*, mas também não esconder os pontos discordantes (o juiz deve levar em conta todos os elementos, o pesquisador mencionar os dados conflitantes etc.);
- Uma condição de factualidade, levando, ape-

25_ Este é particularmente o caso de vários julgamentos de indenização franceses relacionados à campanha de vacinação contra a hepatite B, mas também vimos as verdades científicas e judiciais oporem-se em questões como, na França, a autenticidade de uma estatueta egípcia ou mesmo, nos Estados Unidos, o caráter de fruta ou de vegetal de tomates comuns.

sar dos problemas filosóficos levantados pela noção de “fatos”, a acordar uma prevalência a estes ou àquilo que ocupa o seu lugar;

- Uma condição de divulgação, segundo a qual os conhecimentos produzidos devem ser tornados públicos.

Por outro lado, mas de forma menos uniforme e menos sustentada, os quadros epistêmicos permitem identificar (sem fingir exaustão aqui):

- Um princípio de exclusividade, seja passivo, porque estatutário (nem os magistrados nem os contadores estão em concorrência com os homólogos no tratamento de um determinado arquivo), seja ativo: a pesquisa objetivou produzir novos conhecimentos, ser o segundo a fazer uma descoberta não tem valor. Mas, estranhamente, essa lógica é considerada como sã no caso da ciência e considerada como viciosa no caso do jornalismo, onde se denuncia – especialmente do lado de fora – a “corrida pelo furo” sem se perguntar se a aspiração à exclusividade não poderia ser uma força motriz por trás da busca de informação;
- Um princípio de contiguidade, que visa limitar a distância e as intermediações em relação à abordagem do real: o contador deve poder verificar “sobre as peças” os dados que lhe são submetidos, o juiz rejeita o simples boato, da mesma forma que o pesquisador e o jornalista valorizam o acesso direto ao campo e aos documentos ou fontes;
- Um princípio de racionalidade argumentativa que, como Gauthier apontou, é no caso do jornalismo “menos rígido do que o raciocínio lógico e científico marcado pela necessidade. Mas impõe, contudo, ao jornalista “um rigor que por ser menos afiado, no entanto, impõe um dispositivo demonstrativo relativamente apertado” (2010, p. 230);
- Um princípio de referência que visa garantir a rastreabilidade do acesso ao real: os documentos contábeis e as provas judiciais devem ser repertoriados e indexados, as amostras de pesquisa caracterizadas e as referências

bibliográficas referenciadas. O jornalismo aplica-se a seu modo (e com mais vigilância em alguns países do que em outros), pela designação precisa de lugares, momentos e atores, até vítimas, da atualidade (o que lembra, se necessário, o questionamento mnemônico²⁶ das perguntas “Quem? O quê? Quando? Onde?” e, acima de tudo, pela atribuição de propostas ou informações a fontes identificadas, o uso de fontes mantidas em anonimato para sua proteção sendo – teoricamente mais do que nos fatos – uma prática de exceção;

- Um princípio de delimitação, que circunscreve o que, entre as inúmeras dimensões da realidade examinada, será levado em consideração ou rejeitado. Se os quadros judiciais e contábeis definem de forma vinculativa o que eles devem conhecer ou negligenciar, os cientistas usam a definição de uma problemática para definir os aspectos relevantes e excluir os demais. É também o significado do “enquadramento” jornalístico, em que alguns profissionais vêm uma maneira de se distinguir da concorrência, enquanto que é fundamentalmente uma ferramenta epistemológica para a delimitação da atenção;
- Um princípio de atualidade, segundo o qual a informação é válida somente se for processada dentro de um período limitado após sua aparição. Por definição, a descoberta científica produz sua própria atualidade (mas o processo que leva à publicação começa assim que os dados foram obtidos e analisados). O quadro epistêmico financeiro, por sua vez, é dedicado apenas ao último exercício contábil, e sua atualização se acelerou (para as empresas listadas no mercado de ações, o balanço anual tradicional foi adicionado a resultados trimestrais). O quadro jurídico também atribui especial importância à atualidade: em países com direito codificado, regras de prescrição rigorosas proíbem até o tratamento de fatos muito antigos. No entanto, é o jor-

26_ Antes de se tornar um molde discursivo jornalístico, esse questionamento era um componente da invenção retórica e, mais tarde, da pesquisa acadêmica (ver Labasse, 2012b).

nalismo que traz ao princípio da atualidade a maior devoção, a ponto de ter feito a designação de sua produção: atualidade, notícias e até mais *news* em inglês. No entanto, isso muitas vezes transgredir essa assimilação ingênua (e passiva): em muitos casos – reportagens, pesquisas, até mesmo artigos práticos simples – a abordagem jornalística, longe de “seguir” a atualidade, produz seu próprio caráter recente exatamente como pesquisa científica.

Enfim, alguns princípios não são compartilhados por todos os quadros epistêmicos. Este é, por exemplo, o caso do discutível princípio da erosão, em virtude do qual uma espécie de ordem natural é delegada para a tarefa de remover as declarações erradas. A “mão invisível do mercado” (ou o colapso das empresas) deve, portanto, suprimir o conhecimento comum das contabilidades fantasiosas como a “mão invisível da ciência” deve varrer as teorias ou os resultados imprecisos. O jornalismo não é o último a confiar em tal processo (“o tempo, nosso pai”, como o invocou Renaudot), enquanto o campo judicial – cujas participações para os litigantes não são apenas epistêmicas – é relutante em aceitar uma erosão tão aleatória, que substitui por uma rígida sucessão de filtros formais (recurso, cassação, revisão). Este é também o caso de um eventual²⁷ princípio de *originalidade*, segundo o qual o discurso produzido deve emanar do autor que se lhe atribui, mas com o que as finanças e a justiça, pouco preocupadas com os problemas de plágio, nada se importam.

De toda forma, a coleta indutiva de semelhanças que aproximam o jornalismo de marcos epistemológicos legitimados e o separa do mero conhecimento secular, é menos significativa do que a busca de características comuns a esses quadros, mas das quais o jornalismo seria desprovido. Ora, pelo menos duas delas são particularmente manifestas:

- por um lado, os quadros epistêmicos baseiam-se normalmente na mobilização sistemática de um *corpus* de textos anteriores (jurisprudência jurídica, revisão de literatura científica, práticas e normas contábeis, etc.) que enquadram os discursos produ-

27_ Pode-se perguntar se este é um princípio epistemológico ou moral.

zidos e condicionam sua admissibilidade. Por outro lado, o jornalismo, preservando a “ingenuidade” reivindicada por Renaudot, apresenta-se como uma prática desprovida da necessidade de confrontar o real com uma base preexistente de conhecimentos setoriais: uma profissão na qual a leitura não precede a escrita. No entanto, as práticas aqui diferem novamente de usos legítimos. Os jornalistas, como sabemos, leem muito entre eles, não só pelo recurso eventual a arquivos²⁸, mas também, especialmente, pela consulta do que os outros acabaram de escrever sobre o assunto em curso. Contudo, esta “circulação circular de informações” (Bourdieu, 1996, p. 22) não é ensinada como tal nas escolas e manuais de jornalismo. Ora isso poderia ser não um vício, mas uma necessidade epistemológica real, cujo aprofundamento técnico e crítico poderia ajudar os futuros profissionais a posicionar seus textos de forma reflexiva em relação a artigos anteriores, em vez de sofrerem influência difusa destes;

- por outro lado e acima de tudo, qualquer quadro epistemológico maduro implica um conjunto de protocolos técnicos, formalizados e tornados públicos, que se impõem àqueles que reivindicam esse quadro ou a uma subcategoria dele. Assim, os códigos de processo civil e penal, as regras de controle e registro de inscrições contábeis ou as formulações de “boas práticas” científicas são opostas aos profissionais e podem até justificar a exclusão, se necessário, daqueles que pretendem agir de acordo com sua própria fantasia. De sua parte, o jornalismo possui efetivamente certas regras e métodos explícitos – dos quais os processos, frequentemente confundidos, de confrontação de opiniões e verificação cruzada de elementos factuais, ou ainda o recurso (em princípio) sistemático de retificação como meio de assegurar a precisão das informações – mas essas prescrições mais ou menos precisas não são uniformes. Para

28_ O que hoje é muito facilitado pelas novas tecnologias, mas não ao ponto que esta consulta seja apresentada e ensinada como um pré-requisito para rotina (ou pré-requisito) para escrever um artigo.

evocar apenas os países ocidentais, a distinção entre fatos e opiniões, por exemplo, que é particularmente exigida em Quebec, Bélgica e Luxemburgo, permanece desconhecida da carta francesa. O princípio estadunidense exigindo a reprodução na íntegra de toda afirmação citada não seria apenas inimaginável em muitos países europeus, mas também é moderado em Quebec, onde os jornalistas devem “respeitar fielmente o significado das declarações que fazem” (p. 3). Contudo, o mais importante é que essas normas não apresentam característica restritiva, pois sua violação dificilmente pode levar a mais do que a desaprovação dos pares.

Assim, o jornalismo situa-se novamente em uma posição mediana. Condenado pela diluição da Internet para explicitar a superioridade de sua produção e, em particular, a confiabilidade desta última, na profusão de comunicadores improvisados ou mercantis, não pode se reclamar uma estrutura epistêmica completa capaz, senão de garantir, pelo menos legitimá-lo: sem um dispositivo definido para produzi-la, não pode haver, nem implicitamente, “verdade jornalística”.

7. QUESTÕES DE IDENTIDADE E PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS

A maneira jornalística de conhecer, uma vez que se tenta abordá-la como tal, muitas vezes coloca o jornalismo em uma luz paradoxal. O que dizer, por exemplo, de uma profissão considerada corporativa, mas que recusa, ao contrário de muitas outras profissões, a proteção de uma fronteira de normas? Esse contraste é particularmente impressionante em Quebec, onde mais de 40 ordens profissionais reconhecidas asseguram a exclusividade de acupunturistas, tradutores ou urbanistas (e até conselheiros de orientação ou consultores de recursos humanos), mas onde o guia de deontologia para jornalistas – porém, um dos mais elaborados – enfatiza que “nem o título de jornalista nem o ato jornalístico são reservados senão para um grupo particular de pessoas. O meio jornalístico é um ambiente aberto e os jornalistas querem isso (...) O presente Guia, portanto, não

tem poder coercivo” (pp.1-2).

Na ausência de uma estrutura ordinal – cuja rejeição pode ser facilmente compreendida – a ideia de um título não-obrigatório de jornalista profissional, implicando notadamente o respeito de normas explícitas, ressurgiu em Quebec, em 2011, seguindo as recomendações de um relatório sobre o futuro da informação nesta local (Payette, 2010). A ministra mandatária do relatório finalmente rejeitou esse projeto, argumentando discordâncias por ele levantadas²⁹. Contudo, os debates, nesta ocasião, permitiram observar, aqui novamente, uma evolução significativa: enquanto, em 2002, um projeto semelhante fora “rejeitado visceralmente” (Cauchon, 2002, p. A1) pelos membros da Federação dos jornalistas profissionais de Quebec, a nova proposta foi, na mesma federação, uma década depois, aprovada por mais de 85% dos votos expressos. É verdade que, como observado anteriormente por Langelier, cujas contribuições históricas e legais constituíram a base dos debates de 2002 e 2011:

são os períodos de crise do jornalismo, aqueles em que as condições do exercício da função se tornaram intoleráveis, ou quando os agentes sentiram suas conquistas profissionais ameaçadas por toda sorte de excessos e a legitimidade de sua função questionada, que a demanda de reconhecimento de um status profissional fez-se mais urgente (2010, p. 62).

Tudo o que vimos acima parece ir claramente nesse sentido, a questão da especificidade do jornalismo parece posta de forma cada vez mais aguda.

Apesar da sua persistência ao longo do tempo, a discordância aparentemente paralisante entre a aspiração a normas e a rejeição a impedimentos – este último vigorosamente aplicado pelos empregadores – deixa aberto um caminho conceitual promissor. Como o pensamento de identidade jornalística, liberado de seu vínculo definitivo com a mídia e não podendo ser reduzido ao tratamento da atualidade imediata sem excluir uma grande parte de sua pro-

29_ Além das divergências habituais (entre as concepções libertárias e regulatórias do jornalismo, entre antigos e recém-chegados, entre jornalistas e proprietários de empresas jornalísticas etc.), esta proposta bate-se em oposição entre várias organizações suscetíveis de atribuir as cartas de imprensa.

dução, nem pode, muito menos – nem quer – basear-se em características ligadas aos profissionais (a questão “quem é jornalista?”, aparece, muitas vezes, como insolúvel ou até mesmo indesejável), tem apenas um passo a dar para se refazer a partir de seu objeto (“o que é o jornalismo?”). No entanto, este último questionamento apresenta uma vantagem notável: presta-se mal à dicotomia. O exame do jornalismo como um quadro epistêmico embrionário mostra, de fato, a presença de regularidades de intensidade e uniformidade variáveis, mas também de uma flexibilidade global que sugere que o caráter jornalístico de uma mensagem só pode ser apreciado gradualmente. Assim, qualquer discurso poderia ser mais ou menos “jornalístico” de acordo com sua concordância maior ou menor com essas regularidades, no primeiro grau das quais, provavelmente, as condições fundamentais acima mencionadas (imparcialidade e desinteresse, independência, sinceridade, factualidade, divulgação) particularizadas por outras propriedades, relativas à captação e à validação do conhecimento (ver em particular supra), bem como sua adaptação discursiva (imperativos de clareza, interesse etc., não examinados aqui, mas amplamente atestados em fatos e princípios, de Renaudot às cartas contemporâneas).

Se, como afirmou um editor, “existe uma essência do jornalismo constituída por princípios universais, independentes das condições sociais de sua produção” (Joffrin, 1998, p. 6), especificar esta essência sem delimitá-la – e isso parece realmente possível – poderia ajudar a esclarecer problemas e, em particular, o da identidade profissional. Quer se trate de um blogueiro casual ou de um repórter aguerrido, um texto seria de natureza jornalística – questionável, por exemplo, no caso de um Lucien Bodard³⁰ - apenas em função do grau que reivindica e aplica tudo ou parte desses princípios, e independentemente da sua veracidade (pode-se enganar muito jornalisticamente ou ter razão baseado unicamente em suas impressões), ou mesmo de sua virtude (como foi dito, roubar

30_ Famoso pela qualidade de sua escrita, este grande repórter tinha, por outro lado, a reputação de solicitar mais sua criatividade do que suas pernas, do que ele se defendia sem pressa: “o que é a realidade? Uma coisa muito subjetiva. Tudo o que se sente em um país, um evento, são potencialidades, faça isso e é uma questão de talento” (Bodard e Zylberstein, 1970, p. 38).

um documento ou o inventar são duas ordens de transgressão muito diferentes). Nesta perspectiva, considerar como “jornalistas profissionais” aqueles que reivindicam tais critérios epistemológicos (nem sequer os críticos de arte podem optar por endossá-los ou não), que a eles conformam sua produção em uma medida razoável e que deles retiram seus rendimentos, preservaria a abertura desta profissão com tanta frequência celebrada, sem condená-la à evanescência nem liberá-la de princípios axiológicos, como o respeito da presunção de inocência, que a enquadram em outro lugar, mas não a definem.

Assim, podemos abordar a essência gradual da atividade jornalística como a da atividade terapêutica: um pai cuidando dos riscos de uma criança valoriza bem as lógicas e métodos terapêuticos, sem que essa prática temporária e sumária confunda-se com um profissional da medicina (enquanto, inversamente, certas especialidades médicas, como a medicina forense, têm apenas ligações tênues com a essência da atividade terapêutica).

Este é provavelmente um salto muito abstrato para alguns dos profissionais, até mesmo desconfortável para alguns deles (a condição de imparcialidade, em particular, não se presta à subordinação do jornalismo ao compromisso político, tanto na teoria como na prática³¹). O fato de que muitos pré-requisitos conceituais, como a questão do uso do *corpus* de artigos anteriores, permanecem em grande parte sem discussão, mostrando ainda que o pensamento jornalístico não acabou de construir os alicerces de uma epistemologia reivindicável.

Contudo, as dinâmicas normativas, tanto interna como externamente, parecem estar se movendo nessa direção. Dentro do campo, como vimos, um trabalho de reflexão e de codificação, que está se aprofundando, ressalta cada vez mais questões de definições que introduzem questões de métodos: assinala, por exemplo, o surgimento da noção de “verificação”, que

31_ Mas, precisamente, uma abordagem gradualista, evita exclusões binárias baseadas em limites mais ou menos arbitrários (“é propaganda, não jornalismo”) e coloca essa oposição em uma espécie de jogo de soma zero: quanto mais ativismo, menos jornalismo. Deve-se notar que a concepção gradualista do jornalismo não exclui a possibilidade de distribuir a algumas pessoas o título de jornalista “profissional”: pelo contrário, permite pensar com mais serenidade o grau de adesão aos princípios jornalísticos necessários para tal título.

agora é evocada como constituinte fundamental da abordagem jornalística por todas as cartas recentes, mesmo na França³², reforçando o estabelecimento do jornalismo como “uma disciplina de verificação”, proposta por Kovach e Rosenstiel.

Fora do campo, a pressão das novas competições desempenha um papel já mencionado, bem como a perda (relativa) da confiança pública, mas essas influências são menos diretas do que as da jurisprudência que, face aos silêncios dos profissionais, definiram em seu lugar as regras das “boas práticas” jornalísticas. Este é o caso, por exemplo, da necessidade de dar a todos a oportunidade de apresentar sua própria posição quando está implicada em um próximo artigo³³, sob o receio de condenações, que está integrada aos procedimentos normais dos jornalistas muito antes de aparecer em seus textos normativos, dos quais muitas vezes permanece ausente. Esta pressão metodológica é particularmente explícita no Canadá, onde o Supremo Tribunal apontou já em 2004³⁴ que

a verdade e o interesse público são fatores a serem considerados, mas eles não desempenham necessariamente um papel determinante. (...) É preciso examinar na íntegra o conteúdo da reportagem, sua metodologia e seu contexto. De acordo com o princípio orientador aplicável em matéria de responsabilidade por difamação, o jornalista ou a mídia em questão terá cometido uma falha somente se demonstrar que não respeitou os padrões profissionais. A conduta do jornalista razoável torna-se uma baliza da maior importância (p. 97, sublinhado por nós).

32_ País que os observadores estrangeiros consideravam até agora mais inclinado aos debates de ideias do que às sobreposições sistemáticas e à factualidade obsessiva.

33_ Epistemologicamente, essa restrição ressalta tanto a condição de imparcialidade quanto os procedimentos legítimos de confrontação - sobreposição.

34_ Mas essa tendência geral não é nova. No mesmo contexto - o de Direito Civil - a Corte de Apelação de Quebec já observava, uma década antes, que “no caso de uma reportagem, deve-se verificar se a pesquisa anterior foi realizada com precauções normais, usando técnicas de investigação disponíveis ou habitualmente empregadas. (...) Se houver um prejuízo para a reputação, esta violação somente pode ser uma fonte de responsabilidade civil quando for dolosa. Ela apenas terá essa característica se encontrar uma violação dos padrões profissionais de investigação e da atividade jornalística” (1994, p. 1820, s.n.). Por sua vez, a lei das províncias de direito comum também se abriu para a questão dos métodos, o Supremo Tribunal do Canadá autorizando agora aos acusados de difamação “de se exonerar ao estabelecer que eles agiram de maneira responsável, esforçando-se por verificar as informações fornecidas a propósito de uma questão de interesse público” (2009, p. 642).

“Ao se recusar a supervisionar sua profissão, os jornalistas deixaram aos juízes fazer isso por eles”, resumiu, à época, um profissional (Venne, 2004, p. A7), observando que “os ‘padrões profissionais’ sobre os quais os tribunais apoiam-se para julgar uma causa poderiam ter sido previamente definidos pela própria profissão (...)”. De fato, a evolução da jurisprudência canadense, que, como a de outros países ocidentais (especialmente anglo-saxônicos), caminha mais na direção de um crescimento na liberdade de expressão, parece epistemologicamente à frente do pensamento praticante, operando a dissociação entre o jornalismo e as empresas de mídia³⁵, separando o problema da metodologia e o da verdade³⁶, e até mesmo estabelecendo, neste último caso, distinções marcantes entre verdades informativas, judiciais e financeiras.

Assim, quaisquer que sejam as razões para isso, o aprofundamento da epistemologia do jornalismo, dentro e fora desta profissão, parece tornar-se uma perspectiva essencial, não só para compreendê-la, mas também para praticá-la.

8. CONCLUSÃO

Uma das tradições dominantes da pesquisa em jornalismo é examinar sua produção real e descartar, por razões óbvias, os discursos que ela mantém sobre si mesma. Sem questionar as premissas desta abordagem, e muito menos suas realizações, este artigo, no entanto, arriscou uma abordagem oposta (examinar os discursos em vez de sua tradução para os fatos), a fim de procurar nestes discursos as pistas de uma postura epistemológica particular.

Do ponto de vista diacrônico, este exame permitiu observar, desde o nascimento do jornalismo francês, a construção de uma doutrina expandida e

35_ Os tribunais canadenses geralmente consideram apenas o ato intrínseco de informar (comunicar fatos de interesse público) sem vinculá-lo diretamente à pertença a organizações midiáticas nem conceder-lhes imunidade ou privilégios particulares, mas tendo em conta, se necessário, esses últimos como elemento contextual (no Quebec, a Lei de Imprensa instaura, no entanto, algumas regras especiais para difamações cometidas pela imprensa).

36_ O julgamento de 2009 citado acima afirma explicitamente “uma defesa modificada que daria maior peso à diligência realizada pelo réu para verificar os fatos em detrimento do exame da verdade ou da falsidade das declarações difamatórias» (p. 669, s.n.).

já próxima do que será quase quatro séculos depois, uma doutrina inserindo a captação jornalística do real entre a percepção comum disso e seu conhecimento erudito. Em segundo lugar, permitiu notar que as inflexões posteriores desta doutrina, geralmente atribuídas unicamente a fatores econômicos ou tecnológicos, apresentavam *mutatis mutandis* concordâncias suficientes com as do pensamento científico (positivismo, relativismo...) para inscrever o pensamento jornalístico na história das ideias.

A abordagem jornalística do real não preservou, ao longo do tempo, um nível intermediário de construção, nem profano nem teórico, assumindo, mesmo reivindicando, a imprecisão de sua própria caracterização. Ora, o estudo dos textos deontológicos contemporâneos permitiu revelar os sinais de uma rápida evolução para um estágio de formalização aumentada: ameaçado de dissolução pela crescente confusão de conteúdos e a generalização dos meios de recolhimento e disseminação de informação, o jornalismo parece obrigado a explicitar a especificidade de sua abordagem do real para justificar o valor dela.

Porém, esse aprofundamento conceitual interno permanece obstruído, por um lado, pelo seu caráter pouco analítico, que geralmente amalgama o problema dos valores morais, o da “verdade” e o das condições explícitas de validade do jornalismo, por outro lado, pela diversidade geográfica e ideológica de seus atores e, finalmente, por seus fundamentos essencialmente introspectivos.

Por esta razão, esta pesquisa recorreu a uma abordagem comparativa, intrinsecamente limitada, mas suscetível de ajudar a localizar e classificar certas possíveis regularidades da abordagem jornalística, confrontando-a com estruturas epistemológicas formalizadas e legitimadas. O exame permitiu distinguir algumas das condições e princípios pelos quais a captura jornalística do mundo poderia ser comparada a um quadro epistêmico explícito, ao mesmo tempo que sublinha certos pontos que o proíbem, pelo menos hoje, de reivindicar completamente tal estatuto.

Em nossa opinião, no entanto, esse percurso apenas confirma o interesse que se pode ter em considerar a atividade jornalística não apenas em uma perspec-

tiva estrutural (a partir da mídia), sociológica (a partir dos atores) e crítica (a partir dos textos produzidos), mas também em uma perspectiva epistemológica (a partir de seus modos de aproximação da realidade).

Embora seja menos solidamente empírico e talvez mais abstrato do que outros, este ângulo permite, com efeito, levantar ou esclarecer questões muito concretas, como as de métodos e técnicas legítimas, mas também as das proscricções - a “caça ao furo”, a auto-referência “circular”, o “sensacionalismo”³⁷ etc. - que, se fossem intrínsecos à abordagem jornalística, beneficiar-se-iam de serem pensados e dominados em vez de serem denunciados em vão e praticados com astúcia. Além disso, tende a confirmar que uma caracterização deste campo fundamentado no próprio jornalismo, em vez de nos jornais, jornalistas ou notícias, parece, senão fácil, ao menos concebível, e que poderia constituir uma resposta para os problemas nos quais as outras abordagens de definição se encontram.

Paradoxalmente, esta questão das normas é particularmente pouco normativa: não só porque, longe de pretender definir o que o jornalista deveria ser, contenta-se em tentar especificar o que parece constituiu-lo, mas também porque, inversamente aos critérios de demarcação binária, incentiva uma concepção gradual da natureza mais ou menos jornalística das atividades e produções midiáticas. No entanto, não é completamente desprovida de questões axiológicas: seja em uma perspectiva cidadã ou profissional, o fortalecimento conceitual e metodológico do jornalismo, ou seja, a sua adesão à maturidade epistemológica, poderia, sem qualquer sombra de dúvida, ser qualificado como “desejável”.

REFERÊNCIAS

Excertos do corpus

ASSISES INTERNATIONALES DU JOURNALISME. **Charte de la Qualité de l'Information**. . Malakoff: Association Journalisme et Citoyenneté, 2003.

ASSOCIATION GÉNÉRALE DES JOURNALISTES PROFESSIONNELS DE BELGIQUE,

37_ Veja Labasse, 2012c, para um desenvolvimento deste ponto.

ASSOCIATION BELGE DES ÉDITEURS DE JOURNAUX ET FÉDÉRATION BELGE DES MAGAZINES. **Code de principes de journalisme**. Bruxelas: Conseil de déontologie journalistique, 1982.

CONSEIL DE PRESSE. **Code de déontologie**. Luxemburgo: Conseil de presse, 2006.

CONSEIL SUISSE DE LA PRESSE. **Directives relatives à la Déclaration des devoirs et des droits du / de la journaliste**. Interlaken: Conseil suisse de la presse, 2005.

CFPJ. **Guide de la rédaction**. Paris: Les guides du Centre de formation et de perfectionnement des journalistes, 1984.

DEUTSCHER JOURNALISTE VERBAND ET AUTRES SYNDICATS DE JOURNALISTES EUROPÉENS. **Déclaration des devoirs et des droits des journalistes**. Paris: Union Syndicale des Journalistes - CFDT, 1971.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES JOURNALISTES. **Déclaration de Principe de la FIJ sur la Conduite des Journalistes**. Bruxelles: Fédération internationale des journalistes, 1986.

FÉDÉRATION PROFESSIONNELLE DES JOURNALISTES DU QUÉBEC. **Guide de déontologie des journalistes du Québec**. Montreal: Fédération professionnelle des journalistes du Québec, 1996.

SYNDICAT NATIONAL DES JOURNALISTES. **Charte des devoirs professionnels des journalistes français**. Paris: Syndicat national des journalistes, 1938.

SYNDICAT NATIONAL DES JOURNALISTES. **Charte d'éthique professionnelle des journalistes**. Paris: Syndicat national des journalistes, 2011.

THE CANADIAN ASSOCIATION OF JOURNALISTS / L'ASSOCIATION CANADIENNE DES JOURNALISTES. **What is journalism?** Brantford: The Canadian association of journalists, 2012.

Outros trabalhos citados

AWAD, Gloria. **Ontologie du journalisme**. Paris: L'Harmattan, 2010.

BÉRAUD, Henri. **Le flâneur salarié**. Paris: Éditions de France, 1927.

BERNIER, Marc-François. **Éthique et déontologie du journalisme**. Quebec: Presses de l'Université Laval, 2004a.

BERNIER, Marc-François. Une vision systémique de la vérité en journalisme. **Les cahiers du journalisme**. 13, 2004b, p. 124-131.

BLANKENBURG, William B.; WALDEN, Ruth. Objectivity, Interpretation, and Economy in Reporting. **Journalism Quarterly**. 54 (3), 1977, p. 591-595.

BODARD, Lucien; ZYLBERSTEIN, Jean-Claude. Bodard à la question. **Le Nouvel Observateur**. 274 (9), 1970, p. 38.

BONVILLE, Jean De; BRIN, Colette; CHARRON, Jean. **Nature et transformation du journalisme: Théorie et recherches empiriques**. Quebec: Presses de l'Université Laval, 2004.

BONVILLE, Jean De; CHARRON, Jean. Le paradigme du journalisme de communication: essai de définition. **Communication**. 17(2), 1996, p. 51-97.

BOURDIEU, Pierre. L'emprise du journalisme. **Actes de la recherche en sciences sociales**. 101, 1994, p. 3-9.

BOURDIEU, Pierre. **Sur la télévision**. Paris: Liber, 1996.

CAUCHON, Paul. Les journalistes rejettent l'idée d'une loi-cadre. **Le Devoir**, 2002, p. A1.

CHARON, Jean-Marie. L'éthique des journalistes au xxe siècle: De la responsabilité devant les pairs aux devoirs à l'égard du public. **Le Temps des médias**. 1, 2003, p. 200-210.

COLLINS, Harry M.; EVANS, Robert. The Third

Wave of Science Studies: Studies of Expertise and Experience. **Social Studies of Science**. 32 (2), 2002, p. 235-296.

COLLINS, Harry M.; EVANS, Robert. **Rethinking expertise**. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

CORNU, Daniel. Journalisme et vérité. **Autres Temps**. 58, 1998, p. 13-27.

COUR D'APPEL DU QUÉBEC. Société Radio-Canada c, Radio Sept-Îles. **Recueil de jurisprudence du Québec**. 6, 1994, p. 1811-1822.

COUR SUPRÊME DU CANADA. Gilles E, Néron Communication Marketing inc, c, Chambre des notaires du Québec. **Recueil des arrêts de la Cour suprême du Canada**. 3, 2004, p. 95-151.

COUR SUPRÊME DU CANADA. Grant c, Torstar corp. **Recueil des arrêts de la Cour suprême du Canada**. 3, 2009, p. 640-711.

26 COUTIERAS, Anthony; GOUMI, Antonine; LE BIGOT, Ludovic; ROUET, Jean-François. Comment mieux évaluer les informations issues de sources multiples? In: FERNANDES, Emmanuel; NODENOT, Thierry; WALLET, Jacques. **Actes de la conférence EIAH 2007**. Lausanne: UNIL, 2007, p. 161-166.

EKSTRÖM, Mats. Epistemologies of TV journalism: A theoretical framework. **Journalism**. 3 (3), 2002, p. 259-282.

ESQUENAZI, Jean-Pierre. **L'écriture de l'actualité** - Pour une sociologie du discours médiatique. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 2002.

ETTEMA, James S.; GLASSER, Theodore L. On the Epistemology of Investigative Journalism. **Communication**. 8 (2), 1985, p. 183-206.

FEYEL, Gilles. Aux origines de l'éthique des journalistes, Théophraste Renaudot et ses premiers discours éditoriaux (1631-1633). **Le Temps des médias**. 1, 2003, p. 175-189.

GANS, Herbert. **Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek**

and Time. Nova Iorque: Random House, 1979.

GAUTHIER, Gilles. Le journalisme de communication, expression de conviction et moralisme. **Les Cahiers du journalisme**. 21, 2010, p. 254-273.

GIFFARD, Pierre. **Le Sieur de Va-Partout, souvenirs d'un reporter**. Paris: Maurice Dreyfous, 1880.

GINISTY, Paul. **Anthologie du journalisme du XVIIe siècle à nos jours**. Paris: Delagrave, 1923.

GODLER, Yigal; REICH, Zvi. How journalists think about facts: Theorizing the social conditions behind epistemological beliefs. **Journalism Studies**. 14 (1), 2013, p. 94-112.

GREVISSE, Benoît. **Écritures journalistiques: Stratégies rédactionnelles, multimédia et journalisme narratif**. Bruxelles: De Boeck Supérieur, 2008.

HATIN, Louis Eugène. **Histoire politique et littéraire de la presse en France (Tome VI)**. Paris: Poulet-Malassis et de Broise, 1860.

HUGHES, Everett Cherrington. The Humble and the Proud: The Comparative Study of Occupations. **Sociological Quarterly**. 11 (2), 1970, p. 147-156.

JOFFRIN, Laurent. De fausses bases pour un débat urgent. **Libération**, 1998, p. 6.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The elements of journalism**. Nova Iorque: Three rivers press, 2001.

KUHN, Thomas Samuel. **La structure des révolutions scientifiques**. Paris: Flammarion, 1983.

LEROUX, Gaston. Sur mon chemin. **Le Matin**, 901, p. 1.

LABASSE, Bertrand. Quand le cadre fait le tableau; référentiels cognitifs et perception de l'actualité. **Les Cahiers du journalisme**. 13, 2004, p. 80-107.

LABASSE, Bertrand. Un trou noir dans la galaxie, la compétence opératoire dans les recherches en communication. **Canadian Journal of Media Studies**. 10 (2), 2012a, p. 176-214.

LABASSE, Bertrand. Structures narratives et con-

gruence cognitive: cas du summary lead et de la pyramide inversée. **Rédactologie/Canadian Journal for Studies in Discourse and Writing**. 24 (1), 2012b, p. 65-83.

LABASSE, Bertrand. Sexe, sang et physique des particules, le sensationnalisme est-il partout... ou nulle part? **Les Cahiers du Journalisme**. 24, 2012c, p. 114-149,

LANGELIER, Richard E. **Le statut professionnel du journaliste québécois: Éléments de réflexion à partir des débats historiques ayant entouré cette question et de l'expérience étrangère**. Quebec: Groupe de travail sur le journalisme et l'information au Québec, 2010.

LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steeve. **La Vie de laboratoire, La production des faits scientifiques**. Paris: La Découverte, 1988.

LE BOHEC, Jacques. **Les mythes professionnels des journalistes**. Paris: L'Harmattan, 2000.

LE CAM, Florence. **Le journalisme imaginé, Histoire d'un projet professionnel au Québec**. Montreal: Lèmeac, 2009.

LECLERC, Aurelien. **L'entreprise de Presse et le Journaliste**. Quebec: Presses de l'Université du Québec, 1991.

LEVINE, Murray. Investigative reporting as a research method. **American Psychologist**. 35 (7), 1980, p. 626-638.

MEYER, Philip. **The new Precision journalism**. Boston: Rowman & Littlefield, 2001.

MINDICH, David T. Z. **Just the Facts: How "Objectivity" Came to Define American Journalism**. Nova Iorque: NYU Press, 2000.

MORIN, Violette. **L'écriture de presse**. Paris: La Haye: Mouton & Co, 1969.

MOUILLAUD, Maurice; TÊTU, Jean-François. **Le journal quotidien**. Lião: Presses universitaires de Lyon, 1989.

PAYETTE, Dominique. **L'information au Québec;**

un intérêt public. Quebec: Groupe de travail sur le journalisme et l'information au Québec, 2010.

PLATAÃO. **Ceuvres de Platon**. Tradução por Victor Cousin e Tome Troisième. Paris: Bossange Frères, 1826.

POPPER, Karl. **La logique de la découverte scientifique**. Paris: Payot, 1973.

REICH, Zvi. Journalism as Bipolar Interactional Expertise. **Communication Theory**. 22 (4), 2012, p. 339-358.

RENAUDOT, Théophraste. **Recueil des Gazettes de l'année 1631**. Paris: Bureau d'adresse, 1632.

RENAUDOT, Théophraste. **Recueil des Gazettes, Nouvelles, Relations & autres choses mémorables de toute l'année 1632**. Paris: Bureau d'adresse, 1633.

RODHE, Éric. Chartes et codes de déontologie, une synthèse est possible et nécessaire. **Les Cahiers du journalisme**. 24, 2012, p. 234-265.

ROSS, Philippe. Is there an expertise of production? The case of new media producers. **New Media & Society**. 13, 2011, p. 912-928.

RUPELLAN, Denis. **Le professionnalisme du flou**. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1993.

RUPELLAN, Denis. **Nous journalistes, Déontologie et identité**. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 2011.

TURNER, Fred. Actor-Networking the News. **Social Epistemology**. 19 (4), 2005 p. 321-324.

UNESCO. **Conclusions qui ressortent des consultations collectives sur les codes de déontologie des moyens d'information**. Paris: Unesco, 1974.

VISTEL, Jacques. **Qu'est ce qu'un journaliste? Rapport au Secrétaire d'Etat à la Communication**. Paris: Service juridique et technique de l'information, 1993.

WYNNE, Brian. Misunderstood misunderstanding: social identities and public uptake of science. **Public**

27

Understanding of Science. 1 (3), 1992, p. 281-304.

VENNE, Michel. Le journalisme par les juges. **Le Devoir**, 2004, p. A7.

Recebido_ 23 de julho de 2017.

Aprovado_ 13 de setembro de 2017.